

Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil: o caso da Anhanguera (2007-2013)¹

Financialization of the capital in private higher education for profit in Brazil: the case of Anhanguera (2007-2013)

Fábio Luciano Oliveira Costa²

Resumo

O texto tem como objetivo principal discutir a financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil, de 2007 a 2013, por meio do estudo da Anhanguera. Esse fenômeno se insere num processo mais amplo de financeirização do capital em nível mundial, nos últimos 50 anos, dirigido principalmente por países como os EUA e a Inglaterra. Para viabilizar o trabalho, realizou-se uma análise qualitativa, com a seleção de livros, teses acadêmicas, artigos publicados em periódicos, a legislação pertinente à discussão, e os documentos da empresa. A análise crítica conduziu a construção textual. Assim, pelas análises dos dados operacionais e financeiros foi possível perceber o destacado crescimento para a companhia. Por meio de parcerias importantes, tais quais aquelas realizadas com os Fundos de Equidade Privada, o Fundo Público, as fusões e aquisições, seu público consumidor, junto com o sucesso na gestão corporativa, ocorreu a quase constante valorização de suas ações na bolsa de valores, num breve espaço de tempo. Por fim, em 2014, deu-se a fusão da Anhanguera com a Kroton, ao permitir a constituição da maior empresa educacional do planeta.

Palavras-Chave: Anhanguera. Educação. Ensino Superior Privado com Fins Lucrativos. Financeirização do Capital. Bolsa de Valores.

¹ O autor agradece o apoio financeiro da Fapesp e do CNPq.

² Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Especialização em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: costalofabio@gmail.com.

Abstract

The main objective of the text is to discuss the financialization of capital in private for-profit higher education in Brazil, from 2007 to 2013, through the study of Anhanguera. This phenomenon is part of a broader process of financialization of capital at a global level, in the last 50 years, directed mainly by countries such as the USA and England. In order to make the work possible, a qualitative analysis was carried out, with the selection of books, academic theses, articles published in journals, the legislation pertinent to the discussion, and company documents. Critical analysis led to textual construction. Thus, through the analysis of operational and financial data it was possible to perceive the outstanding growth for the company. Through important partnerships, such as those with the Private Equity Funds, the Public Fund, mergers and acquisitions, its consumer public, along with the success in corporate management, occurred the almost constant valuation of its shares on the stock exchange, in a short period of time. Finally, in 2014, Anhanguera and Kroton merged to form the largest educational company on the planet.

Keywords: Anhanguera. Education. Private Higher Education for Profit. Financialization of Capital. Stock of Exchange.

Introdução

O objetivo principal deste trabalho consiste na investigação sobre o estreitamento dos laços entre a educação e o capital financeiro, no Brasil. Para viabilizar o objetivo principal, foi selecionado o estudo de uma empresa educacional, no caso, a Anhanguera Educacional S.A³, no período de 2007 a 2013.

³ De agora em diante, apenas Anhanguera, salvo ocasiões necessárias.

Por meio dessa empresa educacional, ou companhia, busca-se determinar quais os novos elementos caracterizam esse processo na área da educação, mas que tem tradição maior em outros setores, sobretudo das grandes indústrias e dos grandes bancos, nacionais e internacionais, quando se pensa a financeirização do capital na economia mundial.

No ensino superior privado com finalidades lucrativas (particular) brasileiro, a financeirização do capital encontrou um importante espaço para seu desenvolvimento, a partir de meados dos anos 2000. Certas Instituições de Ensino Superior (IES), pertencentes a esse setor, conseguiram destacado crescimento no número de matrículas e campi, por meio de incentivos legais e financeiros (públicos e privados).

Com isso, esse processo permitiu a criação e consolidação de grandes conglomerados industriais, ou as chamadas *holdings*, na área da educação, quer dizer, de uma empresa que administra outras empresas. Vários novos parceiros se uniram às companhias, e o artigo pretende apresentar esses agentes, públicos e privados, envolvidos com a financeirização do capital no ensino superior privado particular, no caso, para a Anhanguera.

Já que o tema tem caráter recente, há a necessidade de mais trabalhos que se debrucem sobre a questão, mesmo com o aumento do interesse de novos pesquisadores. Este texto pretende contribuir para reduzir essa lacuna.

Além desta introdução, o texto conta com mais 4 partes. Na primeira, apresenta-se o caráter metodológico da pesquisa; para a segunda, faz-se um breve apanhado histórico da trajetória empresarial da Anhanguera; em seguida, abordam-se as novas estratégias de gestão corporativa da companhia, primeiro, por meio dos seus dados operacionais, e, depois, na discussão com seus dados financeiros; por fim, as considerações finais retomam alguns dos principais resultados da pesquisa.

Metodologia

Nesse sentido, privilegiou-se a análise qualitativa sobre o objeto de pesquisa, tendo em vista a seleção de livros, teses acadêmicas, artigos científicos publicados em períodos diversos, a legislação pertinente à discussão e as informações operacionais e financeiras disponibilizadas no site da relação de investidores da Anhanguera, no período de 2007 a 2013.

A construção textual foi direcionada pela análise crítica, pois busca no contexto histórico a investigação sobre as multivariadas relações sociais de conflitos e contradições (SAVIANI, 2008), bem como pretende contribuir com a redução das discrepâncias nas relações sociais de poder, num país historicamente marcado por fortes desigualdades na distribuição de bens materiais e imateriais.

Referencial teórico e resultados: apontamentos históricos para a Anhanguera

A Anhanguera foi criada em 1994, na cidade de Leme, Estado de São Paulo, como uma fundação de faculdades integradas, sob a liderança de Antônio Carbonari Netto e José Luis Poli.

Em 2003, a Anhanguera possuía 4 instituições, com 7 unidades, em 6 cidades do Estado de São Paulo. Juntas, englobavam um total de 8.848 alunos (ANHANGUERA, 2008). Nesse mesmo ano, as IES foram incorporadas para formar a Anhanguera Educacional S.A. (AESAs), onde a *International Society for Concrete Pavements* (ISCP), à época mantenedora da Universidade Anhembí Morumbi, não apenas injetou capital na AESA, com a subscrição de novas ações, mas também acrescentou importantes conhecimentos sobre o mercado da educação do setor privado no país.

Os recursos financeiros da ISCP investidos na AESA permitiram a abertura de novas unidades de ensino em 3 cidades interioranas no Estado de São Paulo, as quais já chegavam ao número de 10, 2 anos depois.

Em 2005, a ISCP passou a ser sócia acionária do Fundo de Educação para o Brasil (FEBR)/Fundo de Investimento em Participações, cuja administração estava a cargo do Pátria Investimentos e Participações Ltda

(Fundo de Equidade Privada) que, por sua vez, aplicou novos recursos financeiros na AESA, e ainda conseguiu um empréstimo junto à Corporação Financeira Internacional (IFC – Membro do grupo Banco Mundial) de US\$ 12,0 milhões⁴, permutados por novas ações na Anhanguera, tornando-se seu acionista controlador.

Tais recursos financeiros foram direcionados para proporcionar o crescimento orgânico da empresa, bem como as aquisições de outras IES. Segundo Moretti (2013), em consulta à Revista Capital Aberto, também no ano de 2005, o investimento financeiro do Pátria na Anhanguera teria sido da ordem de R\$ 800,0 milhões.

No final de 2006, os acionistas da AESA adquiriram a Anhanguera, na época denominada como *Mehir Holdings S.A.*, uma empresa de capital aberto, desde 2001, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CMV).

Em 1º de janeiro de 2007, a Anhanguera controlava a AESA e a companhia já possuía 13 campi e mais de 24.500 alunos. Na primeira metade desse ano, a Anhanguera foi a companhia pioneira na área do ensino superior do setor privado, não só do Brasil, mas da América Latina, a realizar sua primeira Oferta Pública de Ações (OPA).

Em seguida, analisam-se as novas estratégias de gestão corporativa adotadas pela companhia, primeiro, sob o viés dos seus dados operacionais e, em seguida, por meio dos seus dados financeiros.

As novas estratégias de gestão corporativa: os dados operacionais (2007-2013)

Com o término do exercício social do ano de 2007, a Anhanguera já contava com mais de 92,0 mil alunos (92.253), o que expressou um crescimento superior a 275,0%, em relação ao ano anterior. Desse total, 78.283 alunos estavam matriculados na modalidade presencial, em 31 campi (um aumento de aproximadamente 138,5%, em relação a 2006), com uma média de 2.525,0 matrículas em cada um; e 13.969 alunos

⁴ Todos os valores financeiros apresentados nesse texto não contam com correção monetária.

matriculados no ensino a distância, nos 452 polos autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

Do segundo semestre do ano de 2005, quando a Anhanguera iniciou as atividades no ensino a distância, até o segundo semestre de 2007, sua expansão tinha apresentado um valor de aproximadamente 182,0%. Ao citar a Hoper Educacional, alguns dos critérios para alcançar o sucesso na oferta dessa modalidade de ensino corresponderiam a:

- (i) capilaridade, ou seja, a quantidade de polos espalhados pelo país;
- (ii) a competência dos gestores dos polos, para captar e reter alunos;
- (iii) a infraestrutura dos polos e a sua adequação às necessidades dos alunos;
- (iv) visibilidade nacional, através de uma marca forte; e
- (v) credibilidade institucional e de conteúdo, tal qual a imagem que a instituição tem junto ao público alvo e a existência de alguns professores/autores com certa notoriedade nacional assinando o conteúdo educacional produzido (ANHANGUERA, 2008, p. 24).

A Tabela 1 mostra o número Total de Alunos para a Anhanguera, de 2007 a 2013, bem como aqueles matriculados no Ensino Presencial e Ensino a Distância. No último ano, a companhia registrou quase 450 mil matrículas, e o crescimento, em relação ao primeiro ano, chegou a aproximadamente 384,3%.

TABELA 1: Número total de alunos, alunos no ensino presencial e ensino a distância, na Anhanguera, de 2007 a 2013

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total de Alunos	92.253	213.071	255.183	295.025	351.041	429.076	446.800
Alunos no ensino presencial	78.283	122.315	148.130	163.996	216.375	284.720	306.000
Alunos no ensino a distância	13.969	90.756	107.053	131.031	144.581	144.356	140.800

Fonte: Anhanguera (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

Para o ensino presencial, a expansão foi de aproximadamente 290,9%, no período de 2007 a 2013. No entanto, com relação ao ensino a distância, a ampliação ganhou maior destaque, pois correspondeu a 907,9%.

O Gráfico 1 nos permite observar o destaque para o crescimento no número de alunos na Anhanguera, de 2007 a 2013, no ensino presencial, ensino a distância e para sua totalidade.

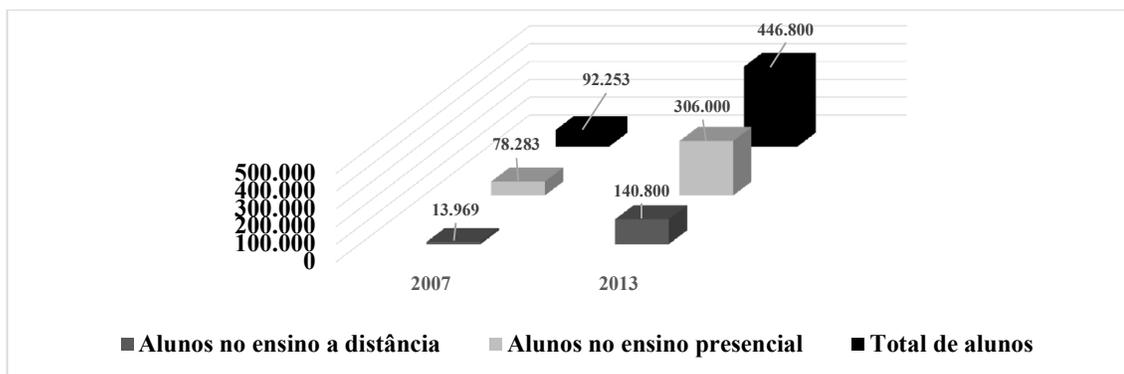


GRÁFICO 1: Número total de alunos, alunos no ensino presencial e ensino a distância, na Anhanguera, em 2007 e 2013.

Fonte: Anhanguera (2008, 2014).

No ano de 2013, a presença da companhia ocorreu em todos os Estados da federação, mais o Distrito Federal. Para alcançar principalmente um público de jovens trabalhadores, de média ou de média-baixa renda, o preço das mensalidades se tornou um dos fatores de fundamental importância para superar a concorrência no ensino superior do setor privado particular.

Em trabalho publicado no final da primeira década do século XXI, Amaral (2008, p. 655) analisou o poder aquisitivo das famílias que poderiam pagar as mensalidades em IES privadas. Segundo o autor, esse setor estaria a encontrar os limites para se expandir em virtude dos fatores econômicos associados à população brasileira, que nos remetem às fortes desigualdades sociais vinculadas à distribuição da riqueza (e não só materiais), além de uma inadimplência na casa dos 30,0%, das desistências em 17,0% para 2009, e do elevado número de vagas não ocupadas, ao afirmar que:

[...] somente aquelas famílias com renda a partir de 5 salários mínimos poderiam dirigir percentuais de seus rendimentos para efetivarem o pagamento de mensalidades para seus filhos e ainda, daqueles que ganham de 5 a 10 salários mínimos somente a metade de salários mais elevados poderiam fazê-lo, teríamos um total de 34.278.000 pessoas nessas condições. Supondo que deste total 13% são jovens com idade de 18 a 24 anos (mesmo percentual dessa faixa etária na população brasileira), teríamos 4.456.140 jovens que poderiam pagar mensalidades. Como já estão matriculados nas instituições privadas 4.434.000 estudantes e se supusermos que uma certa quantidade de jovens que poderiam pagar estão matriculados hoje nas instituições públicas, pode-se concluir que o limite de expansão do setor privado já está alcançado, pela impossibilidade das famílias pagarem mensalidades.

Em 2012, a média nos preços das mensalidades apresentou um aumento aproximado de 6,7%, em relação ao ano anterior, quando chegaram a R\$ 312,2. A variação dos *tickets* na graduação tradicional e na graduação tecnológica foi de R\$ 319,9 a R\$ 1.890,0, no referido período, com exceção para os cursos de Odontologia e Medicina (ANHANGUERA, 2013). Nos seus campi, a companhia ofereceu o ensino presencial, ensino a distância, cursos de graduação e pós-graduação, além dos cursos de extensão.

A Anhanguera passou a disponibilizar um modelo híbrido e com horários flexíveis para seus cursos. Por exemplo, no formato designado como Horário Regular, a presença do aluno deveria ocorrer em 4 ou 5 dias por semana nos campi, mas com 20,0% da carga horária realizada por meio do ensino a distância, o que envolveu todas as áreas dos cursos oferecidos.

Com relação ao formato Horário Especial, a presença do estudante nos campi teria de ocorrer duas vezes por semana e, assim, 40,0% das aulas se constituíram de forma presencial, enquanto 60,0% por meio do ensino a distância, ao envolver a oferta de cursos nas áreas de Negócios, Educação e Enfermagem.

Assim, esse último formato poderia ser caracterizado como semipresencial, com a oferta de um tipo de ensino praticamente em paridade com o modelo presencial e a distância. Outra estratégia nesse sentido consistiu na unificação de projetos pedagógicos, mediante a padronização dos recursos curriculares (por exemplo, com a oferta de cursos em módulos

e a junção de várias turmas), acadêmicos e administrativos nas unidades de ensino (mas com uma gestão centralizada), o que garantiria um melhor custo-benefício para a companhia, ao facilitar a replicabilidade, além da integração nas aquisições.

As principais metodologias de ensino adotadas pela companhia se constituíram em número de 4, ou seja, por meio de aulas presenciais, a mais usada, sobretudo nos cursos de graduação presencial e de ensino profissionalizante; teleaulas, com palestras disponibilizadas nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) ou transmitidas via satélite, onde essas últimas permitiram a interação com o professor; materiais impressos, no formato de livros e outros textos impressos, desenvolvidos pela Anhanguera e com os direitos autorais licenciados por certas editoras; além do AVA, um instrumento na internet de apoio a todos os cursos.

Essa metodologia (AVA) permitiu significativos ganhos de recursos financeiros para a companhia, em relação à redução nos custos, sobretudo com a contratação de docentes. Assim, esse “efeito de escala possibilita a contratação de professores e palestrantes altamente diferenciados, líderes em seus campos de atuação, a um custo relativamente baixo quando considerado o número de alunos utilizando o conteúdo” (ANHANGUERA, 2013, p. 133).

Os materiais impressos com conteúdos próprios, no formato de livros e outros textos produzidos pela própria companhia com a licença dos direitos autorais cedidos por grandes editoras, chegaram a aproximadamente 1,3 milhão, em 2012.

Dessa forma, a Anhanguera estruturou um modelo de ensino altamente padronizado, por meio de mais uma estratégia nos ganhos de escala, que quase sempre ofereceu esses materiais “gratuitamente” aos estudantes, ou poderiam ser adquiridos pelos mesmos a preços bem mais acessíveis, do que aqueles encontrados no mercado.

O que aparece como um dos conteúdos da crítica, é que a padronização dos métodos acadêmicos de ensino, segundo os critérios da

economia de mercado no sistema capitalista, acaba por proporcionar uma formação minimalista, para as massas populacionais, e não um compromisso efetivo com a qualidade educacional, tendo em conta a quantidade de “saberes” produzidos pelas sociedades humanas.

Mesmo que se busque um estreitamento com a qualificação de uma mão de obra para atender determinadas exigências dos mercados de trabalho, muitas vezes essa meta passa longe de ser atingida. Além disso, a problemática é muito maior do que as questões institucionais, já que abrangem aspectos culturais, como por exemplo, a prática e o hábito de se estudar. Nesse sentido:

Na educação a distância a uniformidade e institucionalização do material é uma exigência formal dos instrumentos de avaliação e das diretrizes de qualidade. Na educação presencial, os grandes grupos, principalmente empresas de capital aberto na bolsa de valores, usam a prática como forma de “controlar” a qualidade de ensino oferecida. Seria a garantia da existência de um padrão nacional da marca. Ou seja, em tese, um aluno da Estácio do Rio de Janeiro recebe o mesmo curso que um que esteja numa pequena cidade do interior de Goiás. Além disso, a ideia de que o material didático está incluído na mensalidade, ou é gratuito, como costumam propagar, funciona como um chamariz para o mercado. O aluno sabe de antemão o custo para permanecer no curso, sem a surpresa de uma conta de livraria ao início de cada semestre. Além disso, para um estudante que na média vem de uma formação pregressa precária, a ideia de que tudo o que tem a aprender está condensado num livro de 200 páginas pode ser tranquilizante (AGUIAR, 2013, p. 81-82).

Com relação aos índices de avaliação externos (BARREYRO; ROTHEN, 2011; SGUISSARDI, 2009) produzidos pelo MEC, por meio daqueles maiores ou iguais a 3, considerados satisfatórios, a Anhanguera obteve notas altas, no mencionado ano acima. Para o IGC (Índice Geral de Cursos) e o CPC (Conceito Preliminar de Cursos), respectivamente 92,0% e 93,0% dos cursos obtiveram conceitos dentro desses critérios.

A Tabela 2 apresenta o número de Unidades de Ensino e Polos, para a Anhanguera, de 2007 a 2013. Por meio dela, constata-se um crescimento aproximado de 125,8%, nas unidades, e mais de 10,6%, nos polos.

TABELA 2: Número de unidade de ensino e polos, na Anhanguera, de 2007 a 2013

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Unidades de Ensino	31	52	54	56	73	71	70
Polos	452	452	452	500	500	500	+ 500

Fonte: Anhanguera (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

Se o número de polos não teve destacada importância no seu crescimento, tal qual aquela observada para o número de matrículas, o melhor aproveitamento dos espaços já constituídos, bem como as aquisições de IES permitiram o aumento quantitativo dos discentes nos polos de ensino.

Na Tabela 3, são apresentados os números de funcionários na Anhanguera, de 2007 a 2013, por meio das categorias Total de Funcionários, Docentes, Técnicos Administrativos e Trabalhadores Terceirizados. Conforme pode ser visto abaixo, alguns dados não foram encontrados nos documentos consultados e disponibilizados pela companhia.

TABELA 3: Número de funcionários na Anhanguera, de 2007 a 2013

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total de Funcionários	2.921	10.814	11.626	13.163	16.119	16.756	17.207
Docentes	-	6.585	6.950	7.897	8.849	9.697	10.100
Técnicos Administrativos	-	4.229	4.676	5.266	7.270	7.059	7.107
Trabalhadores Terceirizados	-	-	781	1.414	1.744	-	-

Fonte: Anhanguera (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

Em virtude do forte processo de expansão da Anhanguera no período observado, em termos estruturais, o número Total de Funcionários teve expansão aproximada de 489,1%; para os Docentes, chegou a 53,4% (de 2008 a 2013); Técnicos Administrativos, 68,1% (de 2008 a 2013); além dos Trabalhadores Terceirizados, de 123,3% (de 2009 a 2011).

Ainda que o número total de trabalhadores na companhia tenha tido destacada ampliação, se verificarmos o crescimento do número de professores, quando comparado às matrículas, observamos uma expansão bem mais modesta, o que implica, dentre outros, o maior quantitativo de

alunos por turma, ou o crescimento direcionado por meio da educação a distância. Sobre a política de remuneração para seus colaboradores, a companhia colocou que:

[...] tem por objetivo definir e manter critérios, visando ao equilíbrio competitivo interno e externo de suas estruturas de cargos e salários, bem como de seu plano de benefícios. A remuneração paga aos colaboradores vincula-se diretamente aos referenciais de mercado, importância relativa interna dos cargos exercidos e do desempenho individual do colaborador (ANHANGUERA, 2011, p. 398).

Em notícia disponibilizada no endereço eletrônico da CONTEE⁵, no mês de janeiro de 2012, a Anhanguera havia demitido 1.121 professores no Estado de São Paulo, ou algo próximo a 1.500, em todo o país, sobretudo de mestres e doutores, para que fossem substituídos, em parte, por especialistas, com salários mais baixos. Apenas na Universidade Bandeirante (UNIBAN), mantida pela Academia Paulista Anchieta Ltda., o índice teria sido de quase 50,0%, o que desencadeou inclusive a manifestação contestatória do corpo discente diante de tais medidas.

A dispensa teria ocorrido depois da avaliação feita pelo MEC, de forma que a companhia se beneficiou da titulação desses trabalhadores para obter o reconhecimento de muitos dos seus cursos. Assim, os resultados já não eram os mesmos para o corpo docente, mas as notas permaneceram durante o período avaliativo.

Na Tabela 3, mesmo que o decréscimo no corpo docente tenha sido menor, a redução foi de aproximadamente 2,9%, de 2011 para 2012. Como consequências desse processo de redução no número de docentes, a crítica aponta o aumento da exploração sobre os trabalhadores, por parte do capital.

Isso poderia ser visto, no caso, com o aumento na jornada de trabalho e na rotatividade dos professores; demissão de docentes depois dos

⁵ Disponível em: <<http://contee.org.br/contee/index.php/2012/01/vergonha-demissoes-na-anhanguera-ja-superam-1-100-professores/#.U7CLNvldViA>>.

processos de fusões, incorporações e aquisições; crescimento da relação professor e aluno; queda na politização, profissionalização e autonomia da categoria; pequenos índices de produtividade em pesquisa e extensão; professores com titulação suficiente para atender às exigências legais, caso atendam; menos funções docentes em tempo integral, quando comparadas com o setor público, além de alta flexibilidade nos contratos de trabalhos; baixo valor pago por hora-aula; elevada concorrência; etc. (ALMEIDA, 2017; ÁVILA, 2010; SGUISSARDI, 2014; VALE, 2011).

De acordo com Aguiar (2013, p. 96), o salário inicial de um professor pode chegar até a metade daquele para um profissional com um período de 10 anos de trabalho e, com isso, o que tem ocorrido consiste num “processo de proletarização dos professores do ensino superior”, com a perda de suas autonomias diante dos modelos curriculares padronizados, bem como a impactante substituição da força de trabalho humana pelos recursos tecnológicos.

Com a busca pela redução nos custos de produção, não só muitos dos funcionários docentes e do quadro técnico administrativo são ameaçados, mas também os administradores das companhias, já que não há a necessidade de 2 executivos para o cumprimento de uma mesma função. Contudo, na Anhanguera, a remuneração paga aos conselheiros e administradores chegou a R\$ 24,6 milhões, em 2013, ou 77,0% maior do que no ano anterior (ANHANGUERA, 2014).

A companhia também passou a fazer questão de divulgar suas ações e seus projetos de responsabilidade social, a exemplo da biblioteca aberta à comunidade; faculdade aberta da 3ª idade; alfabetização e inclusão de jovens e adultos; do reforço escolar; da inclusão digital; assistência jurídica; clínica de fisioterapia; das campanhas de prevenção e promoção da saúde; do hospital veterinário e das campanhas de saúde animal; da capacitação profissional; dos torneios e das práticas esportivas; projetos ambientais; entre outros.

Essas práticas acabaram por gerar dezenas de milhares de atendimentos para os membros de comunidades próximos aos seus locais de atuação. Se, em 2007, a companhia contou com 506 projetos comunitários, ao atender mais de 110 mil indivíduos ao longo do ano, em 2013, os projetos chegaram a 1.250, e atenderam mais de 1,6 milhão de pessoas.

No ano de 2012, a Anhanguera fez parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa, e, nesse período, foi cotada como a 36ª marca mais valiosa do país, pela *BrandAnalytics/Millward Brown*, quanto aos produtos e serviços de consumo. No próximo tópico, serão abordados os dados financeiros para a companhia.

Os dados financeiros (2007-2013)

Em 2007 ocorreu o *Initial Public Offering* (IPO) da Anhanguera, o que fez com que se consolidassem certas mudanças nas práticas de administração da companhia (que já vinham ocorrendo há algum tempo), inclusive no que diz respeito à disponibilização de informações sobre suas gestões corporativas, além dos seus dados financeiros e educacionais, como parte das exigências associadas às regras do mercado de capitais no país.

Dos vários possíveis benefícios gerados para a companhia com o IPO, citam-se o acesso a recursos financeiros para o investimento na sua base produtiva ou para a aquisição de outras empresas, inclusive com o pagamento de ações, no todo ou em parte, nessas transações, sem o efetivo dispêndio monetário; a profissionalização da gestão; redução dos riscos econômicos com as oscilações de mercado, além da fuga de suas dificuldades financeiras, caso estejam nessa situação; maior liquidez nos negócios, com a inserção de diversos atores; bem como a elevação da transparência conforme as regras exigidas pelo mercado de capitais (CARVALHO, 2010).

Para a Anhanguera, seu IPO gerou a captação bruta de R\$ 512,3 milhões (e líquida de R\$ 482,8 milhões), nas ofertas primária e secundária, feita no mercado de balcão não organizado, em conformidade com a

Instrução CVM nº 400/2003, e com as regras internacionais para a colocação dos títulos no exterior, por meio da distribuição ao público de 28.462.500 *Units*, negociadas cada uma a R\$ 18,0, que no período representavam aproximadamente 28,3% do capital social da companhia⁶ (ANHANGUERA, 2008).

Do montante bruto arrecadado, R\$ 379,6 milhões, que perfizeram 21.088.255 *Units*⁷ (74,1%, em relação ao total), corresponderam aos recursos financeiros de investidores estrangeiros, além de um valor de aproximadamente R\$ 7,5 milhões (1,5%, em relação ao total), na forma de GDSs (*Global Depository Shares*), representadas por GDRs⁸ (*Global Depository Receipts*), ou seja, de *Units* que foram comercializadas no exterior.

Em seguida vieram os investidores institucionais, que aplicaram um pouco mais de R\$ 75,0 milhões (14,6%, em relação ao total); depois as pessoas físicas, com R\$ 42,5 milhões (8,3%, em relação ao total); entre outros, com R\$ 7,7 milhões (1,5%, em relação ao total).

Assim, por meio desses recursos financeiros, a companhia buscou consolidar as redes de unidades de ensino que já estavam sob seu domínio, criar e adquirir outras, assim como melhorar seu modelo de negócio, mediante os critérios da eficiência na administração e do que considerou como qualidade educativa, subsidiada principalmente pelas regras de mercado e pelos parâmetros determinados pelas avaliações das instituições governamentais.

Em 31 de dezembro de 2007, as *Units* estiveram cotadas a R\$ 38,0, um aumento de aproximadamente 111,1%, em menos de 10 meses. As mesmas foram negociadas em todos os pregões desde o IPO, nesse período, com um volume que chegou a R\$ 951,2 milhões, ao determinar uma média diária de R\$ 4,5 milhões.

⁶ Outras Ofertas Públicas de Ações (OPA) ocorreram nos anos de 2008, com arrecadação de R\$ 508,3 milhões; 2009, R\$ 750,9 milhões; 2010, R\$ 844,1 milhões; fora a arrecadação com a emissão de debêntures, notas promissórias e empréstimos feitos junto a grandes instituições financeiras, nacionais e internacionais.

⁷ Cada *Unit* representava 1 ação ordinária e 6 ações preferenciais, antes do ingresso da Anhanguera no Novo Mercado, que permite a comercialização apenas do primeiro tipo de ação.

⁸ Cada GDR representava duas *Units*.

A Anhanguera, no final de outubro de 2010, aprovou em Assembleia Geral Extraordinária sua adesão ao Novo Mercado da BM&FBovespa. Para tanto, houve a conversão de 1 ação preferencial, em 1 ação ordinária, com o posterior agrupamento de todas elas na proporção de 7 para 1, o que resultou em 122.690.261 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (ANHANGUERA, 2011).

No mercado de ações da BM&FBovespa, para a Anhanguera, a valorização chegou a aproximadamente 29,3%, em 2013, com um lucro por ação de R\$ 0,29, na distribuição de dividendos. Seu valor estimado de mercado foi de R\$ 6,51 bilhões (ANHANGUERA, 2014).

Pelo índice de crescimento apresentado, pode-se afirmar que a busca pelo retorno nos investimentos funciona sim em curto prazo, ao contrário do que afirmaram Polizel e Steinberg (2013), quando colocaram que os retornos ocorreriam numa expectativa de médio prazo.

Sem dúvida, na área de educação, e também em qualquer negócio que queira continuar operando, pretende-se sempre ganhos em curto, médio e longo prazo, cujas estratégias podem variar, conforme as metas de priorização para cada período e os variados mercados. Obviamente, com a constância dos retornos em curto prazo, os mesmo se estendem para o médio, e posteriormente para o longo prazo.

No entanto, não são muitas as alternativas de investimentos nos mercados que oferecem retornos superiores a 100,0%, em menos de 12 meses, tal qual ocorreu no ano de 2007. Como colocou Carvalho (2011, p. 11), “os objetivos da empresa transcendem a maximização do lucro, uma vez que ficam subordinados à maximização do valor acionário no mercado de capitais. Neste sentido, todas as estratégias de gestão devem convergir para ampliação dos lucros de curto prazo”.

Quanto às Demonstrações de Resultado, os itens selecionados consistiram na Receita Bruta; Receita Líquida; no Custo dos Serviços Prestados; Lucro Bruto; além do Patrimônio Líquido. A Tabela 4 apresenta

todos os dados, com os valores sem a correção inflacionária, para essas rubricas, de 2007 a 2013.

TABELA 4: Receita Bruta, Receita Líquida, Custos dos Serviços Prestados, Lucro Bruto, Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido para a Anhanguera, de 2007 a 2013 (R\$ milhões)

Ano	Receita Bruta	Receita Líquida	Custo dos Serviços Prestados	Lucro Bruto	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
2007	347,2	273,6	151,6	122,0	0,4	484,4
2008	905,1	654,2	389,4	263,8	-26,7	977,9
2009	1.329,8	904,5	524,6	379,9	66,2	1.050,7
2010	1.530,8	1.003,8	559,9	444,0	122,9	2.005,3
2011	1.981,3	1.232,2	695,7	536,4	42,1	2.005,6
2012	2.547,1	1.607,4	971,7	635,6	152,0	2.209,1
2013	3.178,2	1.812,8	1.046,0	766,7	125,4	2.327,3

Fonte: Anhanguera (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

Todos os itens apresentaram importante crescimento, no período selecionado, os quais alcançaram, respectivamente, um valor aproximado de 815,4% para a Receita Bruta; 562,6% para a Receita Líquida; 590,0% para o Custo dos Serviços Prestados; 528,4% para o Lucro Bruto; 31.250% para o Lucro Líquido; e 380,5% para o Patrimônio Líquido.

Convém ressaltar que a grande oscilação no Lucro Líquido teve relação direta com o forte processo de aquisições que ocorreram nos primeiros anos depois da abertura de capital da Anhanguera na BM&FBovespa. A Tabela 5 mostra o valor das aquisições (2007 a 2011), valor por aluno (2007, 2008 e 2010), e o número de alunos envolvidos nas negociações (2007, 2008, 2010 e 2011).

TABELA 5: Aquisições realizadas pela Anhanguera, de 2007 a 2011, e as informações sobre as transações

Ano	Valor da Aquisição (R\$ m)	Valor por Aluno (R\$)	Nº de Alunos
2007	437.342,0	7.403,9	59.069
2008	412.023,0	3.855,5	106.865 ⁹
2009	350,0	-	-
2010	56.972,7	7.709,4	7.390
2011	729.100,0	-	100.000

Fonte: Anhanguera (2008, 2009, 2010, 2011, 2012).

De 2007 a 2011, a Anhanguera investiu mais de R\$ 1,6 bilhão em aquisições, o envolveu algo em torno de 273,4 mil alunos, apenas no ensino superior. Em 2012, não houve aquisições. Com um processo de avaliação iniciado no ano de 2013, em 2014, o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou a fusão da Kroton com a Anhanguera, mediante algumas restrições impostas às companhias, que passaram a ter um valor estimado de mercado em torno de R\$ 21,5 bilhões, em maio de 2014, e mais de 1,1 milhão de alunos (só no ensino superior, já que a Kroton atua também na educação básica).

Outro ponto de destaque nas questões financeiras da Anhanguera correspondeu à ampliação do número de bolsas de estudos via PROUNI (Programa Universidade para Todos), e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), que impactam o Fundo Público, ao permitir o pagamento de mensalidades para estudantes por meio da desoneração tributária ou do empréstimo financeiro ao beneficiário. Com relação ao primeiro, passou de 19,1 mil, em 2009, para mais de 50,0 mil, em 2012; enquanto o segundo, de 2,6 mil, em 2009, para 60,6 mil, em 2012.

A força que a renúncia fiscal, por meio do PROUNI, e principalmente, das bolsas de estudos, com o FIES, de 2010 a 2015, passou a exercer nas grandes companhias de ensino superior, determinaram um incremento importante nas suas receitas. Os gastos de recursos financeiros públicos com esse último saltaram de R\$ 1 bilhão, em 2010, para R\$ 13 bilhões, em

⁹ Sem incluir os estudantes da Sociedade Educacional Caxias do Sul Ltda., da Sociedade Educacional Centro América Ltda., e da Escola de Profissões S.A. (essa última, com estimativa de 500 mil estudantes).

2014 (NAPOLITANO, 2017). Desses mais de R\$ 13 bilhões, cerca de R\$ 2,6 bilhões teriam ido para IES com índices insatisfatórios nas avaliações do MEC.

Segundo o autor acima, o que era um programa social, transformou-se num programa financeiro, via pagamento dos contribuintes, que além das significativas somas de recursos injetados no ensino superior presencial de muitas IES do setor privado, reduziu os índices de evasão e inadimplência, considerados altos, para várias delas. Por exemplo, a Faculdade de São Paulo, que tinha apenas 8 matrículas com o FIES, em 2010, saltou para 13.136, no ano de 2013, o que representou aproximadamente 90% de todo o corpo discente da instituição.

A Anhanguera também passou a oferecer o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), por meio da modalidade Bolsa Formação, em 2013. Já havia conseguido a autorização para mais de 33 mil vagas autorizadas pelo MEC, em 50 campi, e a expectativa para o ano estava em torno de 10 a 15 mil matrículas (ANHANGUERA, 2014).

O principal acionista da Anhanguera, em 2007, era o FEBR (Fundo de Educação para o Brasil), controlado por Gabriel Mário Rodrigues, fundador da Universidade Anhembi Morumbi, com 79,1% das ações ordinárias (de um total de 459.989.555), e 24,7% das ações preferenciais (de um total de 245.358.665), o que perfazia 59,5%, em relação ao total (705.348.220).

Depois aparecia a Viana do Castelo Administração de Bens S.A., uma sociedade por ações de capital fechado, cujos maiores acionistas eram os fundadores da Anhanguera, Antônio Carbonari Netto e José Luis Poli, com 15,5% das ações ordinárias e 3,5% das ações preferenciais, compondo 11,3%, em relação ao total. As ações em circulação chegaram a 6,2% das ações ordinárias e 69,7% das ações preferenciais, o que representou 28,3%, em relação ao total.

Com 17,24% das ações ordinárias, o FEBR ainda era o maior acionista da Anhanguera no final do exercício social de 2012. Em abril desse ano, o *Schroder Investment Management Limited*, uma gestora de fundos privada,

com sede em Londres, no Reino Unido, passou a deter 4,96% das ações ordinárias; no mês de novembro, o *Manning & Napier Advisors, LLC*, outra gestora de fundos privada, com sede em Nova York, nos Estados Unidos, detinha 4,96% das ações ordinárias; já em dezembro, a também gestora de fundos privada, *BlackRock, Inc.*, com sede em Nova York, nos Estados Unidos, era proprietária de 5,48% das ações ordinárias (ANHANGUERA, 2013).

Depois de finalizado, na Anhanguera, o acordo de fusão com a Kroton, em 2014, as ações de propriedade dos acionistas passaram a representar 42,52% e 57,48%, respectivamente (COSTA, 2018).

A estrutura acionária da maior empresa de educação do planeta passou a ter os fundadores da UNOPAR, como os seus maiores acionistas, com 6,0% de todas elas, seguidos pelo *Advent International* (5,8%), os fundadores do Grupo Pitágoras (5,8%), os fundadores da Anhanguera (4,4%), os fundadores da IUNI (2,1%), além de outros acionistas (75,9%) (KROTON, 2015). No próximo tópico, algumas considerações finais sobre o trabalho.

Considerações finais

A Anhanguera, com a abertura do seu capital na BM&FBovespa, deu início a um processo que permitiu a constituição de grandes empresas educacionais no país, o que tem gerado uma tendência de oligopolização, ou concentração de mercado, sobretudo das matrículas, nas mãos de algumas poucas companhias.

Depois dela, outros conglomerados industriais educacionais também seguiram seus passos, e, atualmente, a Kroton, Estácio, Ânima e Ser têm seu capital aberto na bolsa de valores.

Todo esse fenômeno tem ocorrido em virtude de algumas melhorias na distribuição de renda no país, que possibilitou a determinada parcela populacional, de média e média-baixa renda pagar as mensalidades; a parceria com o fundo público, via PROUNI e FIES; injeção de capital de grandes Fundos de Equidade Privada, nacionais e internacionais; além das

estratégias de financeirização do capital que, fora a comercialização de ações na bolsa, permitem, entre outras, adotar mecanismos próprios de endividamento (debêntures e notas promissórias comerciais), ou adquirir empréstimos junto a grandes instituições financeiras dentro e fora do país.

No entanto, as estratégias próprias de crescimento parecem ter seus limites colocados pelo próprio mercado, o que pode impactar de maneira importante as questões operacionais e financeiras das grandes companhias educacionais. Novas pesquisas podem ajudar a melhorar o entendimento sobre o assunto.

Esse critério de contenção, depois de uma trajetória contínua de expansão, como vimos, nos dados operacionais e financeiros, com modelos educacionais padronizados, fruto das novas estratégias de gestão corporativa, levou à fusão da Anhanguera com a Kroton, de forma definitiva, no ano de 2014, o que originou a maior empresa educacional do planeta.

Referências

- AGUIAR, V. *Ampliação e diversificação do acesso no ensino superior: a formação do sistema de massa no setor privado (1995-2010)*. 224p. Tese (Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.
- ALMEIDA, W. M. ProUni sob balanço: avanços e limites à luz de experiências estudantis na cidade de São Paulo. In: MARINGONI, Gilberto. *O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo: Olho D'Água/FEPESP, 2017, p. 115-127.
- AMARAL, N. C. O financiamento das universidades brasileiras e as assimetrias regionais: um estudo sobre o custo do aluno. In: CHAVES, V. L. J. C.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. (Orgs.). *Educação Superior no Brasil e Diversidade Regional*. Belém-PA: Editora Universitária UFPA, 2008b, p. 127-152.

ANHANGUERA. *Demonstrações financeiras padronizadas para o ano de 2007*. 2008, 90p. Disponível em: <<http://www.anhanguera.com/ri/>>. Acesso: 29 mai. 2014.

ANHANGUERA. *Demonstrações financeiras padronizadas para o ano de 2008*. 2009, 107p. Disponível em: <<http://www.anhanguera.com/ri/>>. Acesso: 11 jun. 2014.

ANHANGUERA. *Demonstrações financeiras padronizadas para o ano de 2009*. 2010, 124p. Disponível em: <<http://www.anhanguera.com/ri/>>. Acesso: 11 jun. 2014.

ANHANGUERA. *Formulário de referência para o ano de 2010*. 2011, 468p. Disponível em: <<http://www.anhanguera.com/ri/>>. Acesso: 11 jun. 2014.

ANHANGUERA. *Formulário de referência para o ano de 2011*. 2012, 558p. Disponível em: <<http://www.anhanguera.com/ri/>>. Acesso: 11 jun. 2014.

ANHANGUERA. *Formulário de referência para o ano de 2012*. 2013, 729p. Disponível em: <<http://www.anhanguera.com/ri/>>. Acesso: 11 jun. 2014.

ANHANGUERA. *Formulário de referência para o ano de 2013*. 2014, 432p. Disponível em: <<http://www.anhanguera.com/ri/>>. Acesso: 20 jan. 2015.

ÁVILA, S. F. O. *Mercantilização do ensino superior: as consequências das mudanças produtivas para os docentes de ensino superior*. 251p. Tese (Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Avaliação da educação superior como política pública. In: ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. (Orgs.). *Avaliação da educação: diferentes abordagens críticas*. São Paulo: Xamã, 2011, p 75-87.

CARVALHO, C. H. A. Uma análise crítica do financiamento do PROUNI: instrumento de estímulo à iniciativa privada e/ou democratização do acesso à educação superior? *34ª Reunião Anual da ANPED*, Natal, 2011, p. 1-20. Disponível em: <www.anped11.uerj.br/indexatual.html>. Acesso em: 07 abr. 2013.

CARVALHO, D. Bolsa de valores - A resistência das empresas - Ainda é pequeno número de empresas de capital aberto. Instituto de Pesquisas

Econômicas Aplicadas (IPEA), ano 7, Edição 58, fev. 2010, p. 1-5. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1271:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 20 set. 2011.

COSTA, F. L. O. Políticas Públicas, expansão do ensino superior privado lucrativo e financeirização do capital no Brasil: o caso da Kroton Educacional S.A. *Cad. Pesq.*, São Luís, v. 25, n. 4, out./dez. 2018.

KROTON. *Relatório Anual de 2014*. 2015, 290p. Disponível em: <<http://www.kroton.com.br/ri/>>. Acesso: 12 jun. 2017.

MORETTI, D. M. *A compatibilidade entre a lógica econômica e o ensino superior, após a Constituição Federal de 1988: o caso da Anhanguera Educacional Participações S.A.*. 395p. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NAPOLITANO, C. Os tortuosos caminhos de uma mina de dinheiro. In: MARINGONI, Gilberto. *O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo: Olho D'Água/FEPEESP, 2017, p. 11-26.

POLIZEL, C.; STEINBERG, H. *Governança corporativa na educação superior: casos práticos de instituições privadas (com e sem fins lucrativos)*. São Paulo: Saraiva, 2013, 146p.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008a, 112p.

SGUISSARDI, V. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009, 341p.

SGUISSARDI, V. *Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil – 2002-2012*. Brasília: Edital N. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

VALE, A. A. *As faculdades privadas não fazem pesquisa porque na querem jogar dinheiro fora”: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro*. 325p. Tese (Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e

Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.